ano 20 – n. 78 | abril/junho – 2022
Belo Horizonte | p. 1-250 | ISSN 1678-7102
R. de Dir. Público da Economia – RDPE

# Revista de Direito PÚBLICO DA ECONOMIA

# RDPE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## DOUTRINA

ARTIGOS


Empresas estatais e contratos sem licitação
**Carlos Ari Sundfeld**, **André Rosilho** ..... 9

Introdução ..... 9
1 Regime especial de contratação para as estatais ..... 10
2 Contratos relacionados ao objeto social ..... 14
3 Contratos relativos a oportunidades de negócios ..... 16
4 Procedimentos competitivos não licitatórios ..... 19
Conclusão ..... 22

Reserva de administração (*ou regulação*) e leis de iniciativa parlamentar em matéria de regulação: uma análise da posição do Supremo Tribunal Federal
**Clóvis Alberto Bertolini de Pinho** ..... 23

1 Introdução ..... 23
2 Regulamentos e a atividade normativa do Poder Executivo ..... 25
2.1 Reserva de administração ..... 27
2.2 Regulação econômica – Incidência do art. 174, da Constituição Federal ..... 28
3 Posição do Supremo Tribunal Federal ..... 29
3.1 Caso da Pílula do Câncer – ADI nº 5.501/DF ..... 29
3.2 Caso dos anorexígenos – ADI nº 5.779/DF ..... 33
4 Análise dos casos concretos ..... 36
5 Existiria uma reserva de regulação? ..... 37
6 Conclusões ..... 39
Referências ..... 40

Primeiras notas sobre a matriz de riscos nos contratos administrativos: sua compreensão na Lei nº 14.133/2021
**Egon Bockmann Moreira** ..... 45

Introdução ..... 45
1 Matriz de alocação de riscos: sua lógica e a definição do art. 6º da Lei nº 14.133/2021 ..... 46
2 Riscos e incertezas ..... 51
3 Matriz de alocação de riscos: seus efeitos ..... 54
4 Matriz de alocação de riscos: seus critérios ..... 55
5 Matriz de assunção e compartilhamento de riscos ..... 56
6 Matriz de alocação de riscos e securitização ..... 56
Considerações finais ..... 57

A possibilidade de delegação de escopos da gestão prisional
**Floriano de Azevedo Marques Neto**, **Raul Borelli**, **Amael Notini Moreira Bahia** ..... 59

I Introdução ..... 59

II Contornos gerais da possível atuação privada na gestão de serviços penitenciários ..... 60
II.1 Caracterização do escopo de análise ..... 60
II.2 Fundamentos da participação privada na gestão de estabelecimentos penitenciários ..... 65
II.2.1 Poder de polícia e seus elementos constitutivos: delimitação de critérios para identificação do possível apoio privado no ciclo ou procedimento de polícia ..... 70
II.2.1.1 Critério da existência de interface da atividade examinada com as funções decisórias do sistema de execução penal ou com o exercício concreto do poder de coerção ..... 76
II.2.1.2 Verificação da existência de discricionariedade no desempenho da atividade que possa afetar decisões relativas à execução penal ou ao uso da força no estabelecimento penal ..... 77
II.2.1.3 Verificação do grau de objetividade dos dados ou informações oferecidos pelo privado ..... 80
II.2.1.4 Viabilidade do controle em relação à atividade delegada ..... 81
III Evolução do entendimento sobre a terceirização de atividades-fim ..... 83
IV Exame dos limites concretos da delegação de serviços em PPP de presídios ..... 93
IV.1 Apoio na segurança interna e manejo do preso ..... 94
IV.1.1 Controle de portaria ..... 100
IV.1.2 Realização de revistas e inspeções ..... 100
IV.1.3 Monitoramento ..... 106
IV.1.4 Apoio ao manejo do preso ..... 107
IV.2 Apoio na classificação dos presos ..... 108
IV.3 Atividades de saúde, assistência social e educação ..... 112
IV.3.1 Atividades de assistência à saúde ..... 113
IV.3.2 Atividades de assistência social ..... 115
IV.3.3 Atividades de educação ..... 116
IV.4 Apoio à instrução e acompanhamento de processos disciplinares ..... 119
IV.5 Serviços relacionados à execução de trabalho pelo preso ..... 122
IV.6 Apoio (consultivo) à assistência jurídica gratuita ao preso feita pela Defensoria Pública ..... 128
V Conclusão ..... 130

Regulação da medicina nuclear no Brasil – O setor de radiofármacos
**Henrique Bastos Rocha**, **Luiza Brumati** ..... 133

1 Introdução ..... 133
2 Aspectos relevantes da regulação ..... 135
2.1 A extinta limitação da atuação privada na produção dos radioisótopos pela sua meia-vida ..... 135
2.2 Competências regulatórias ..... 138
2.2.1 A CNEN e a ANSN ..... 139
2.2.2 ANVISA ..... 140
2.3 Disciplina de rejeitos ..... 142
3 Produção, comercialização e utilização de radiofármacos ..... 143
3.1 CNEN e suas unidades produtoras ..... 143
3.2 Atores privados ..... 145
4 Conclusão ..... 147

O desafio na regulação de derivativos no Brasil
**Maria Lucia Perez Ferres Zakia**, **José Roberto Pimenta de Oliveira** ..... 149

I Introdução ..... 149
II Função regulatória da Comissão de Valores Mobiliários no Brasil ..... 152

III Conceito de valores mobiliários ..... 154
IV Conceito e natureza jurídica dos derivativos ..... 159
V Histórico da competência para regulação de derivativos ..... 162
VI Desafios na regulação dos derivativos no Brasil ..... 165
VII Conclusão ..... 168
Referências ..... 169

Public procurement and sustainable development
**Raquel Carvalho** ..... 171
1 Introduction ..... 172
2 Methods ..... 172
3 Results and Discussion ..... 173
3.1 The construction of the European framework on Circular Economy (CE) and Public Procurement ..... 173
3.2 Public Procurement rules, the path already crossed, and the one yet to be crossed ..... 174
4 Conclusions ..... 183
References ..... 185

O controle judicial das decisões sancionatórias do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE): considerações a partir do julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 1.083.955/DF
**Rodrigo Fernandes Lima Dalledone** ..... 191
1 Introdução ..... 191
2 O CADE e a revisão judicial de seus atos ..... 192
3 O caso concreto e seus fundamentos ..... 196
4 As decisões sancionatórias do CADE: tecnicidade e capacidade institucional ..... 200
5 Propostas para um sistema deferencial para o controle judicial dos atos sancionatórios do CADE ..... 203
5.1 A conformidade da atividade sancionatória ..... 206
5.2 Equivalência da atividade sancionatória ..... 207
6 Considerações finais ..... 208
Referências ..... 209

Trajetória institucional do saneamento básico: do Planasa à Lei nº 14.026/2020
**Silvana Hoshino da Costa**, **Gabriel Jamur Gomes** ..... 215
Introdução ..... 215
1 A trajetória institucional do saneamento básico ..... 218
1.1 O Planasa ..... 218
1.2 Repartição de competências na Constituição Federal de 1988 ..... 221
1.3 A década de 1990: indefinições ..... 223
1.4 A Lei Federal nº 11.445/2007 ..... 227
1.4.1 Titularidade ..... 227
1.4.2 Planejamento ..... 228
1.4.3 Regulação ..... 229
1.4.4 Prestação ..... 231
1.5 As Medidas Provisórias nºs 844 e 868/2018 ..... 232
1.6 O “novo” Marco Legal do Setor (Lei nº 14.026/2020) ..... 233
1.6.1 O “fim” dos contratos de programa e a posição das CESBs ..... 234
1.6.2 As novas competências da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) ..... 235
1.6.3 Prestação regionalizada ..... 238

2 Considerações finais ..... 241
Referências ..... 243

Instruções para os autores ..... 249